

DO INDIVIDUALISMO À INDIVIDUAÇÃO: A ÉTICA DA AUTENTICIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA GESTÁLTICA

From individualism to individuation: the ethics of authenticity from the Gestalt approach.

Del individualismo a la individuación: la ética de la autenticidad desde el enfoque gestáltico.

Gilberto Hoffmann Marcon
Universidade de São Paulo

Resumo

O presente trabalho é uma investigação teórica a respeito das questões específicas ligadas a um modo de ser contemporâneo que pode ser descrito como individualismo. Partindo da perspectiva da Gestalt-terapia, procuramos acompanhar as investigações descritivas de Charles Taylor a respeito do que ele denomina um mal-estar da contemporaneidade, o qual remete a um estreitamento de sentidos vividos que tem como contraparte a emergência e predominância generalizada de formas insuficientes de relação com o outro e do próprio autocuidado. Segundo o filósofo, o individualismo contemporâneo tem suas raízes em um ideal distorcido de autenticidade. Procuramos analisar de que forma a valorização excessiva dos processos autocentrados e instrumentais de escolha descritos pelo autor podem atuar como bloqueadores do contato, bem como levantar, no diálogo com o referencial gestáltico, possibilidades de superação deste modelo em direção a uma noção integrativa de autenticidade: não-individualista, concreta e fomentadora de um ajustamento criativo.

Palavras-chave: Autenticidade, Individualismo, Contemporaneidade, Gestalt-terapia, Ética

Abstract

Our purpose in this paper is to do a theoretical research about the specific issues relative to the way of being in contemporaneity that can be described as individualism. From the point of view of Gestalt-therapy, we attempt to follow Charles Taylor's descriptive research of what he calls a contemporaneous malaise, which takes the form of a narrowing of lived senses that have as counterpart an emergence and generalized predominance of insufficient forms of intersubjective relations and of self-care itself. According to the philosopher, or contemporary individualism has its roots in a distorted ideal of authenticity. We try to analyze in what way the excessive valorization of self-centered and instrumentalized processes of choice described by the author can act as blockers of contact, as well as point out, from the Gestalt

Approach perspective, possibilities of overcoming this model towards an integrative notion of authenticity: non-individualistic, concrete and fostering creative adjustment.

Keywords: Authenticity, Individualism, Contemporaneity, Gestalt-therapy, Ethics

Resumen

Nuestro propósito en este artículo es hacer una investigación teórica sobre las cuestiones específicas relacionadas con la forma de ser en la contemporaneidad que pueden describirse como individualismo. Desde el punto de vista de la Gestalt-terapia, se intenta seguir la investigación descriptiva de Charles Taylor, de lo que él llama un malestar contemporánea, que toma la forma de un estrechamiento de los sentidos vivido que tiene como contraparte una aparición y predominio generalizado de formas insuficientes de intersubjetiva las relaciones y del autocuidado mismo. Según el filósofo, el individualismo contemporáneo tiene sus raíces en un ideal distorsionado de autenticidad. Intentamos analizar de qué manera la valorización excesiva de los procesos de elección autocentrados e instrumentalizados descritos por el autor puede actuar como bloqueadores de contacto, así como señalar, desde el punto de vista del Enfoque Gestalt, las posibilidades de superar este modelo hacia una noción integradora de autenticidad, no individualista, concreta y fomentando el ajuste creativo.

Palabras clave: Autenticidad, Individualismo, Contemporaneidad, Gestalt-terapia, Ética

INTRODUÇÃO

Experenciamos na contemporaneidade modos de vida individualistas? O reconhecimento da emergência e predominância de formas insuficientes de relação com o outro e do próprio autocuidado têm se apresentado ao psicólogo de forma gradativamente premente desde, no mínimo, meados do século passado, recebendo conceptualizações também nos campos da sociologia e da filosofia política, panorama geral que tem sido referido como uma situação de crise¹. Neste contexto, ganha força a postulação de uma cultura do individualismo como responsável, ao menos em parte, por alguns dos mal-estares típicos de nosso tempo (Vieira & Stengel, 2012; Mendes & Silva, 2014). De que maneira o foco excessivo no indivíduo norteia atualmente os processos de subjetivação? Qual sua relação com as situações de mal-estar típicas da atualidade? De que forma se configuram suas possibilidades de superação?

Partindo de uma perspectiva gestáltica e baseados na leitura do filósofo canadense Charles Taylor (1931 —), acreditamos que a resposta para tais questionamentos passam, mais do que em precisar a realidade ou circunscrever um conjunto complexo de processos denominável enquanto “individualismo”, por um recuo descritivo frente às tensões que emergem

¹ Para uma análise acerca do *status* da discussão e do significado da “crise”, conferir Furlan (2017).

em meio aos processos de subjetivação o qual dê conta de abarcar o sentido desses fenômenos no campo experiencial, a partir do qual se apresentará toda possibilidade de superação. Ou seja, questioná-los não em termos de denúncia ou da análise exclusivamente expositiva, mas sob uma descrição interessada por eles enquanto questões em aberto que continuam a se manifestar de forma marcada nos modos de vida da contemporaneidade.

A obra de Taylor apresenta-se como um aporte promissor a este campo de questões na medida em que o autor se interessa não apenas por uma investigação filosófica acerca do individualismo, mas a propõe contextualizada em um esforço mais amplo de um estudo histórico aprofundado das origens e configurações da própria noção de *self*. Sendo um dos grandes nomes da filosofia contemporânea e autor de trabalhos importantes nos campos da história da filosofia, filosofia política e das ciências sociais, Taylor tem como um dos eixos centrais de sua trajetória filosófica uma crítica às epistemologias naturalistas, posicionamento que o levou de uma formação inicial em filosofia analítica à aproximação profícua com as tradições continentais da hermenêutica e da fenomenologia.

Em “As Fontes do Self”, Taylor (1989/2013) coloca em movimento um esforço de investigação genealógica e descritiva acerca da construção do *self* contemporâneo. O âmbito privilegiado que o autor elege para tanto aproxima-se do que poderíamos chamar, segundo ele, de uma “fenomenologia moral” (Taylor, 1989/2013 p. 96). Taylor indica que um bom início para a compreensão da questão identitária encontra-se, portanto, localizado no âmbito de uma ética descritiva. Destarte, o autor postula a ideia das estruturações identitárias como “orientações em um espaço moral” (Taylor, 1989/2013 p. 43-44). Todo processo de construção identitária, compreendido enquanto agir humano inserido em um “campo de coordenadas” constituído por redes de valores ou bens, deve ser assim entendido como uma formação que se dá sempre em relação a um horizonte prévio de sentidos. O que Taylor intenciona é, portanto, restituir a um estudo dos valores sua centralidade devida nas investigações a respeito dos modos de vida contemporâneos, contra um afastamento que se origina neste contexto mesmo da contemporaneidade enquanto um de seus primeiros reflexos. Nesse sentido, Taylor aponta (1989/2013) para o predomínio de uma interpretação especificamente instrumental do método científico, o qual podemos chamar científicismo, que acabou tendo como efeito a suplantação do âmbito dos valores como operador central para compreender-se de que forma se organizam os modos da existência social. Ou seja, trata-se assim de um movimento de refutação do sociologismo, economicismo, psicologismo ou de qualquer outra ênfase que guarde pretensão de reunir em um só aspecto parcial do fenômeno suas características determinantes.

Em “A Ética da Autenticidade”, dando sequência a esta investigação moral e histórica, Taylor (1991/2011) traça uma análise descritiva a respeito do que identifica como um mal-estar generalizado e característico da era contemporânea, bem como as condições próprias que originaram e sustentam tais efeitos de maneira retroalimentada. Em sua argumentação, Taylor (1991/2011) diferencia três aspectos deste mesmo estado de coisas, intimamente ligados entre si no enquadramento de uma condição generalizada de empobrecimento da experiência humana comum de mundo. São eles: 1. o individualismo, 2. o primado da razão instrumental e 3. a desarticulação com a esfera política. Podemos reunir estes fenômenos sob o signo comum do que seria um modo de ser total do individualismo, acompanhando a leitura oferecida pelo próprio autor em sua análise.

Seguindo a ênfase oferecida por Taylor (1991/2011) através do conceito de desarticulação, que trata da dificuldade que temos, enquanto sujeitos inseridos neste modo de vida, em apontar para esses fatores organizadores da experiência enquanto tais, acreditamos ser proveitoso analisar de que forma o próprio referencial da Gestalt-terapia possibilita, através sobretudo do exame do papel da noção de autenticidade implicada pelos operadores teóricos centrais como o ajustamento criativo, presença e independência, uma lida efetivamente transformadora com este campo de questões. Ou seja, nossa proposta é acompanhar o recuo efetuado por Taylor em relação a certos elementos presentes no que tratamos de forma naturalizada por “autenticidade”, visando obter um ganho de perspectiva a respeito da importância da precisão teórica a respeito, com vistas em articular um diálogo com o entendimento teórico gestáltico a respeito dos mesmos operadores.

Postular que um ideal de autorrealização distorcido em individualismo se encontra por trás das expressões de mal-estar típicas da contemporaneidade levanta uma série de questões pertinentes à prática psicoterapêutica. Mesmo antes de nos aprofundarmos nos pormenores da leitura do filósofo, podemos supor aqui um movimento de lançar suspeita sobre a real possibilidade do indivíduo, tomado como protagonista e agente privilegiado de seu próprio processo desenvolvimental, de fazer frente a este mal-estar limítrofe, tácito e generalizado do qual nos fala Taylor, ao menos no contexto padrão da terapia individual e sem o necessário exame crítico do que se entende por desenvolvimento individual, individuação e autenticidade. Como garantir que o cuidado que é visado e efetivamente fomentado no processo terapêutico – o processo de “cura”, uma vez compreendido enquanto retomada desta “cura” consigo mesmo da qual somente o indivíduo pode ser sujeito – não acabe agindo, à sua própria contravontade, em serviço de uma autoabsorção individualista? Isso encontra-se intensificado justamente pela característica que o autor identifica nesses processos, que é a de se retirarem do âmbito do

articulável ou do discutível, uma vez que perpassam nossas práticas e se recriam em aspectos mínimos de nossas relações interpessoais — ou seja, constituem valores e ideais que se mascaram em sua naturalização como a própria ausência deles.

Veremos em que medida se trata de reconhecer e compreender bem essa nova “ética da autenticidade” descrita pelo autor, que é típica de nossos tempos e que, em suas formas distorcidas do individualismo, se dissimula frequentemente como um danoso relativismo – ou seja, que nos dois casos faz-se presente como se ali não estivesse, já que é uma ética que nega a si mesma enquanto organizadora dos horizontes valorativos. Mesmo que na evidência fenomênica da prática terapêutica esta possibilidade se encontre com mais frequência distanciada, acreditamos que um exame teórico do problema representa tanto um ganho de esclarecimento para o terapeuta quanto uma forma de nos mostrar de que maneira a perspectiva gestáltica pode responder à questão deixada em aberto por Taylor em sua investigação, quando aponta para a necessidade de se salvaguardar, em meio a essa ética da autenticidade distorcida pelo individualismo e pela desarticulação, uma ética da autenticidade possível e articulável que preze pela independência pessoal sem no entanto alienar ao indivíduo sua própria possibilidade de constituição de sentidos no campo social e em sua experiência mundana efetiva.

Nossa tese é a de que existe, portanto, uma confluência promissora entre a leitura que Taylor oferece dos mal-estares típicos da era contemporânea e aquilo que nos aponta uma compreensão de tais fenômenos a partir de um referencial gestáltico que torne possível compreendê-los como situados no campo do contato. Nosso objetivo é apontar de que forma o que aparece descrito em Taylor como um ideal de autenticidade contrafeito em um modo de ser individualista se aproxima de uma fixação neurótica generalizada, uma abstração a respeito dos processos efetivos de construção e afirmação identitária. Tal abstração atuaria de maneira insidiosa justamente encobrendo os processos espontâneos, distorcendo-os em formas excessivamente autocentradas e em última instância não-criativas – paradoxalmente promovendo modos de ser inautênticos sob o signo mesmo da autenticidade. Ademais, a premência da necessidade apontada pelo autor se faz concordada não apenas pela confirmação, mas ainda pelo reconhecimento de uma agudização dos efeitos adversos por ele identificados em outros trabalhos contemporâneos, como os de Michel Henry (1987/2012) e Gilles Lipovetsky (1983/2005). Examinemos mais de perto a forma como Taylor relaciona a emergência de tal alienação aos modos de vida contemporâneos, procurando contrabalancear tais estruturações com as formas como podem ser adereçadas pela perspectiva gestáltica.

INDIVIDUALISMO E RETRAIMENTO DOS HORIZONTES VALORATIVOS

Taylor (1991/2011, p. 11) conceitua o mal-estar a que se refere, inicialmente e de forma geral, como uma experiência de declínio, muitas vezes com efeito dissonante: lado a lado com os avanços tecnológicos e as facilidades trazidas pelos diversos “progressos” da sociedade, coexiste uma sensação de perda que poderia ser melhor definida como um estreitamento dos sentidos vividos. O autor introduz a questão de uma forma que já soa provocativa ao nosso modo de pensar contemporâneo: todo esse mal-estar da perda e o escorregar para o individualismo têm origem em uma transformação social incontestavelmente importante, que foi a da queda dos antigos “horizontes morais restritivos”, e o subsequente ganho de liberdade que a acompanhou. O autor refere-se aqui a diversos dos processos que caracterizaram a emergência dos modos de vida contemporâneos, dos quais um resgate mais cuidadoso fugiria ao escopo do presente trabalho². De maneira geral, Taylor visa através de tal demarcação o processo de enfraquecimento do poder delimitador das instituições e consequente flexibilização dos horizontes valorativos no que tange à organização dos modos de vida: constituição de família, papel da religião, forma e estrutura das relações sociais e de trabalho, para trazer alguns dos exemplos mais expressivos.

Tais instituições, embora continuem a organizar e constituir grande parte do campo social onde qualquer trajetória de vida se dá (e, como veremos, justamente esse ponto – óbvio em sua sutileza – é central na compreensão do que o autor busca apontar), deixam de ter o valor normativo e organizador da abertura de mundo na medida em que ocorre uma mudança no campo de sentidos a partir da qual a possibilidade de escolha individual passa gradativamente a adquirir o valor que anteriormente se encontrava investido no respeito incontestável às instituições e tradições. É claro que não se trata de reconhecer aí uma transformação universal, mas antes uma emergência de possibilidades inéditas, as quais passam a coexistir com os ditames da tradição, ainda que de maneira desarticulada, e cujo avanço acarreta efeitos adversos específicos que uma avaliação focada apenas no ganho de liberdade pode deixar escapar. O sujeito moderno adquiriu a possibilidade de escolher por si mesmo (criar, por meio de uma verdadeira “virada expressivista”, segundo o autor) seus próprios modos de vida, às custas de que o faça segundo a orientação de sua própria vontade, de seu próprio *self* autêntico. Mas quais as formas efetivas de apropriação dessa vontade se oferecem nesse panorama de retraimento de horizontes restritivos? Ou seja, qual o complemento positivo a essa negação de processos

² Da mesma forma, enquanto “A Ética da Autenticidade” retoma uma questão já entrevista no resgate histórico efetuado em “As Fontes do Self”, cabe apontar que a proposta é antes de tudo a de descrever e discutir um estado de coisas atual, no âmbito dos modos de vida originários desta estruturação contemporânea do self.

que, reconhecidamente, cerceavam as possibilidades de individuação na medida em que o tema sequer emergia enquanto questão?

A contrapartida deste ganho de liberdade — e aqui se encontra o essencial da análise de Taylor (1991/2011) — é o fato de que o colapso não apenas dos horizontes morais restritivos mas de todos os horizontes valorativos possíveis, não mais reconhecidos como condição legítima para os processos de individuação, acaba por transformar essa possibilidade em exigência, de maneira que o sentido que antes habitava o mundo se retrai para a esfera do subjetivo. Cabe então a cada pessoa não apenas a liberdade para ser autora de sua própria vida, mas como que uma necessidade em o fazer de forma compelida, sob a pena de se ver em meio a uma situação de literal ausência de sentido. É assim que o autor faz uma relação com a noção de desencantamento de mundo³, cunhada inicialmente na sociologia de Max Weber. Neste processo de descrédito das ordens que até então ofereciam, de maneira autoevidente, a estrutura dos horizontes valorativos possíveis, o custo a se pagar pelo ganho expressivista de liberdade é o estreitamento ou achatamento do campo de sentidos do mundo social onde tal expressão necessariamente se dará. Sob condições mais restritivas, os diferentes modos de vida se encaixavam em algo como uma ordem cósmica do ser, ao custo da inflexibilidade no que tange às possibilidades individuais frente a essa ordem dada. O afrouxamento dessa determinação possibilita a escolha de trajetórias diversas, fazendo ao mesmo tempo retrair ao âmbito individual um ordenamento que até então orientava, explícita e implicitamente na experiência efetiva do ambiente, os processos de individuação nesses contextos diferenciados.

Justamente na medida em que a esfera valorativa se recolhe ao âmbito não apenas do subjetivo, mas também do necessariamente individual, a possibilidade de articulação significativa com o outro se encontra frequentemente relegada a um segundo plano (quando não completamente interdita) no que se refere a decisões tidas como significativas, e com isso a possibilidade de negociar sentidos em um âmbito intersubjetivo é, destarte, em alguma medida sabotada pela própria exigência ética do respeito ao que é (ou se entende como se devesse ser) exclusivamente do âmbito do particular. Esta passagem define em parte o “escorregar” de uma ética da autenticidade possível para o modo de vida do individualismo. Sobre este ponto o autor toma como referência o trabalho de Bloom (1987), que se ocupa de uma investigação a respeito do nivelamento e estreitamento advindos da proliferação do relativismo que nasce de uma concepção individualista do “respeito”, a qual preza pela evitação do debate em favor da

³ Sobre a evolução do termo e sua relação com a compreensão do processo de racionalização, conferir Pierucci (2003).

capacidade autocentrada de cada um deliberar a respeito dos próprios ideais e valores. Sumariza Taylor (1991/2011, p. 23):

O relativismo [em Bloom] estava parcialmente fundamentado em um princípio de respeito mútuo. Em outras palavras, o relativismo em si é uma forma de individualismo, cujo princípio é algo assim: todo mundo tem o direito de desenvolver a própria maneira de viver, fundamentada no próprio sentido do que é realmente importante ou de valor. As pessoas são convocadas a serem verdadeiras consigo mesmas e a buscar a própria autorrealização. Em que isso consiste, cada um deve, em última instância, determinar por si mesmo. Nenhum outro pode ou deve tentar ditar seu conteúdo.

Se a princípio o estado de coisas assim descrito parece nos direcionar à perspectiva possível de uma vida social que preza pela independência efetiva e realização pessoal enquanto individuação saudável (e que de fato advém como desdobramento de um ganho de liberdade que a funda como possibilidade), a pergunta que nos faz Taylor é: seriam estas concepções de respeito mútuo e autorrealização suficientes para garantir este desenvolver da maneira própria de viver de cada indivíduo? Ou seja, seria essa organização, que Taylor define como um “relativismo suave”, a melhor possibilidade de se articular socialmente e viver individualmente esta recém-adquirida liberdade de escolha?

O reconhecimento de que, paradoxalmente, a suposta abertura trazida pelo relativismo moral acarreta um fechamento dos indivíduos para o debate acerca de temas significativos (no âmbito particular e social, sem distinção) sugere que não. Para além das implicações políticas que o autor identifica posteriormente em sua análise, compreendemos que o que está em jogo aqui com o retraimento do campo intersubjetivo de sentidos é justamente a forma como essa questão afeta a própria experiência individual e interdita quaisquer processos concretos de autorrealização. Isolado, o indivíduo contemporâneo se encontra frequentemente envolvido por situações que são vivenciadas menos como escolhas livres e mais como dilemas: quando não realizadas, são vividas sob forte ansiedade; quando realizadas, correm sempre o risco de serem experienciadas na forma do mais profundo tédio.

É algo bastante próximo do que o Taylor expressa no conceito de “banalização”, que completa a figura que queremos evocar aqui e dá os contornos mais definidos desse mal-estar do individualismo. O indivíduo contemporâneo se vê convocado a se expressar de forma original e autêntica em relação ao próprio *self*, escolher constantemente seus modos de vida de acordo

com um referencial próprio. Porém, quando o faz, frequentemente experimenta não um sentimento efetivo de autorrealização, mas sim aquele de uma indiferença generalizada, que poderia até nascer do respeito absoluto por sua liberdade de escolha, mas em realidade acaba redundando em um relativismo onde toda e qualquer escolha, na medida em que interessa apenas ao sujeito que escolhe, não tem como reverberar valores uma vez que o campo intersubjetivo, mergulhado no isolamento relativista, não se articula em relação ao conteúdo daquilo que se escolhe. As raízes dessa distorção se encontram, na descrição tayloriana, em um modo privilegiado de relação com outrem e com o mundo, postulado pela ética que advém do colapso dos horizontes valorativos: a hipervalorização da escolha (Taylor, 1991/201 p. 48).

HIPERVALORIZAÇÃO DA ESCOLHA E AGRESSIVIDADE

Assim, cabe compreender aquilo que Taylor define como desarticulação enquanto organização estrutural envolvida em um fenômeno psicológico relacional. Neste ponto, nos parece que a forma como o autor conceptualiza o papel deste ideal de respeito que, longe de proporcionar uma maior consideração e tolerância pela opinião de outrem parece ter o efeito paradoxalmente inverso, reverbera justamente a possibilidade de reexaminar, na conceituação de agressividade, um dos pontos centrais das reflexões de Perls, Hefferline e Goodman (1951/1997, p. 144-147), um processo análogo que é aludido na obra “Gestalt-Terapia” como uma “respeitabilidade burocratizante”. Trata-se de uma forma de bloqueio sistemático da agressividade que, no livro de 1951, é creditado às próprias instituições sociais, as quais promovem contraditoriamente um ideal de liberdade criativa ao mesmo tempo em que dispõem de mecanismos de controle voltados à adaptação estrita a modelos pouco flexíveis de exigências dos modos de produção vigente, resultando no seguinte efeito paradoxal:

Quando o ajustamento prolongado já se completou, não houve qualquer frustração intensa que pudesse despertar uma rebeldia arraigada, mas somente uma pressão modeladora contínua que forma bons cidadãos saudáveis que têm esgotamentos nervosos precoces e se queixam de que “a vida me deixou para trás”. Ou em outro resultado, como veremos, é engajar-se numa guerra boa, bem-comportada, ordenada e infinitamente destrutiva. A história da própria psicanálise é um estudo de como as garras são suprimidas por meio da respeitabilidade. (...). Contudo, essa lei não é inevitável; é uma consequência do desenvolvimento desigual e da ansiedade

resultante, da necessidade do todo de ajustar-se à nova força e ajustar a nova força a ele (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 147).

Vemos que na análise dos autores já é reconhecida uma insuspeita tensão interna aos próprios discursos que visam valorizar a liberdade criativa e a autorrealização, mas que no contexto institucional encontram-se atrelados a práticas diametralmente opostas, de maneira semelhante à conclusão tayloriana, quatro décadas depois. Cabe pensarmos, trazendo o enfoque reflexivo de Perls et al. para o contexto atual, qual efeito teria a postulação de um cenário semelhante, porém agora com as exigências típicas do autocentramento e do retraimento do horizonte valorativo para o âmbito exclusivamente individual. Se antes podíamos falar em modelos institucionais e sociais que são introjetados e internalizados e passam a ditar formas socialmente aceitas de contato (ainda que com uma perda sistemática de *awareness*), mediante a emergência agudizada do modo de ser do indivíduo autocentrado que desenha por si mesmo seu horizonte valorativo, que forma deve tomar a ação interessada que deveria ser a da boa agressão? Afinal de contas, conforme aponta Taylor, o colapso dos horizontes valorativos é antes um efeito de sentido do que uma transformação da experiência pré-reflexiva eminentemente intersubjetiva que, conforme veremos a seguir, precede toda verbalização e todo horizonte reflexivo de sentidos. Horizontes são dados, mesmo quando as possibilidades de articulação se encontram bloqueadas.

A própria ideia de valoração como uma distribuição dinâmica e hierárquica deixa de reverberar significado quando a possibilidade de dialogar sobre tais conteúdos se vê interdita, e percebemos isso inclusive na própria terminologia descritiva optada por Taylor, que resgata a centralidade da “escolha” destacando o quanto subsiste na verdade um horizonte valorativo tácito, que fornece ao menos uma coordenada valorativa: a de que a vida que vale a pena ser vivida é aquela cuja trajetória é fruto de escolhas individuais. Nesse sentido é que Taylor descreve que a distorção individualista sobre a ética da autenticidade se dá na forma de uma hipervalorização da escolha:

Em algumas formas [o discurso da cultura contemporânea] escorrega para uma afirmação da própria escolha. Todas as opções são igualmente válidas porque são escolhidas livremente, e é a escolha que confere valor. O princípio subjetivista subentendido no relativismo suave está em jogo aqui. Contudo, essa implicação nega a existência de um horizonte de significado preexistente, através do qual algumas coisas valem a pena e outras nem tanto, e ainda outras que não valem nada, bastante

anterior à escolha. (...). Nesse caso a afirmação de valor é contaminada por sua ligação com outra ideia predominante, que já mencionei como intimamente entrelaçada com a autenticidade, a da liberdade autodeterminada (Taylor, 1991/2011 p. 47).

Ou seja, em Taylor a falácia central na qual o sujeito contemporâneo se vê emaranhado começa em um creditar da escolha por si mesma como campo originário e constituinte primordial de valor. Este escolher abstrato, tornado operador privilegiado das ações criativas e dos processos de desenvolvimento e crescimento pessoal, postula aquilo que, sob um referencial gestáltico, seria por si mesmo um contrassenso: uma liberdade autodeterminada. Abordada sob a perspectiva do contato, a ideia de uma autodeterminação não pode ser mais que uma abstração, já que a própria fenomenologia do organismo mostra que suas disposições e funcionamentos mais básicos e originais (aquilo que podemos descrever como percepção e comportamento) já supõem a relação constante com um meio estruturado a partir do qual surge qualquer relação intencional de interesse (Perls, 1973/2010, p. 20).

Se na perspectiva gestáltica entende-se que a regulação orgânica se dá de forma autorreferente (portanto enquanto autorregulação), tal referência já traz implícita a necessária correlação da “realidade mais simples e primeira” que é a do contato, “lugar onde *self* e ambiente organizam seu encontro e se envolvem mutuamente” (Perls et al. 1951/1997, p. 23). Nos termos taylorianos, trata-se de evocar a necessária concomitância regulatória dos horizontes de significado preexistentes — aqueles deslegitimados na abstração individualista. Esta abstração retira da experiência vivida efetiva das coisas (sejam elas relações de produção, relacionamentos afetivos, ocupações ou tarefas diversas — corriqueiras ou grandes projetos — através das quais se busca a autorrealização) seu caráter polarizador do interesse criativo em meio a um campo experiencial original e pré-reflexivo que, afinal de contas, articula sentidos. O que a descrição tayloriana aponta é que a noção individualista de liberdade autodeterminante, no entanto, ao mesmo tempo em que reconhece que há algo significativo em dar sentido à própria vida, postula para tanto apenas um qualitativo de modo (a escolha) sem que haja uma contraparte significativa ao nível do conteúdo (sobre o que e em relação a que se escolhe).

O que está implícito nessa ênfase abstratizante da autodeterminação é que o que é significativo somente tem valor no ato de escolher e em contraste com os supostos modos inautênticos de dar forma à própria vida: ao invés da virtuosa escolha, o deixar-se levar pelo contexto ou apoiar-se em sentidos externos. Trata-se de uma dinâmica valorativa dada na falácia de um contraste extremo entre o individual e o social, onde apenas o individual é realmente

significativo, e significa se opondo ou negando uma externalidade por definição adversa ao desenvolvimento pessoal. No capítulo de Gestalt-Terapia destinado ao tema da natureza humana e antropologia da neurose, Perls et al. (1951/1997, p. 115) fazem menção consonante a essa tendência de separação da realidade primeira do contato, melhor definida como uma unidade dinâmica entre necessidade e convenção social, em três abstrações antagônicas entre si: o “puramente biológico” ou animal, o *self* individual isolado e as pressões externas do campo social.

A diferenciação oferecida na perspectiva gestáltica dos autores pormenoriza outro aspecto, no qual a descrição tayloriana não se detém, que é o da separação, no homem, entre o que os autores chamam de uma antropologia que tende ao estudo puramente biologicista, interessada somente por aspectos físicos e evolutivos do homem, e uma antropologia que tende ao puramente cultural, que toma a cultura como legível em suas manifestações as quais, mesmo que se fundem no caráter biologicamente estruturado do homem, possuem uma existência própria enquanto estruturas simbólicas autorreferentes em seu desenvolvimento histórico. Ou seja, a tendência do pensamento⁴, a partir destas abstrações, é justamente o de tentar isolar o *self* de seu caráter estruturado por suas necessidades enquanto ser inescapavelmente biológico, por um lado, e ser inescapavelmente social ou cultural, por outro. As distorções que conferem a este mesmo *self* a suposta capacidade de criar por si mesmo valores e significados, por meio de sua vontade e decisão deliberada de escolha, devem-se em grande parte a essa abstração primeira. Sumarizam Perls et al. (1951/1997, p. 117):

Em lugar de uma unidade dinâmica de necessidade e convenção social, na qual os homens descobrem a si próprios e um ao outro, e inventam a si próprios e um a outro, somos forçados a pensar em três abstrações antagônicas: o mero animal, o *self* individual atormentado e as pressões sociais. A pessoa normal ou se mantém inconsciente dessa guerra que grassa dentro de sua personalidade, não percebe suas manifestações em seu comportamento e a mantém relativamente adormecida, ou tem consciência desta e concluiu um armistício incômodo, procurando agarrar oportunidades seguras. Em ambos casos muita energia foi gasta na pacificação, e muitas faculdades humanas valiosas foram sacrificadas.

⁴ Essa mesma tendência, sob a leitura de Henry (1983/2012), diz respeito à recusa da evidência fenomênica da experiência vivida efetiva em favor de um modo cientificista e tecnicista de saberes – acadêmicos ou não – que, em última instância, acabam por tornar externos elementos que são completamente internos à experiência da vida.

Destarte, vemos aqui um tipo de abstração que no limite tende a postular um *self* cuja autodeterminação se vê cerceada pelas pressões sociais por definição externas, aproximando-nos assim do conceito da neurose como fixidez, abstração e distorção do contato. Enquanto a análise de Taylor parte de um entendimento do processo identitário como questão eminentemente focada na ética, o referencial teórico da Gestalt-terapia procura definir os processos intencionais dessas subjetividades no nível de sua experiência concreta, em meio à qual o campo valorativo faz-se sem dúvida presente e, acreditamos que em consonância com a análise tayloriana, de forma inescapavelmente organizadora do sentido.

A partir da perspectiva gestáltica, falar em neurose significa descrever uma tendência à fixidez estrutural dada no âmbito da abertura experiencial originária, que é definida como contato. Em outros termos, trata-se de uma distorção ou estreitamento da *awareness*, ou seja, do estabelecimento de um contato menos completo, sem clareza e com menos possibilidade de excitação ou interesse (ou seja, de formação integrativa de *Gestalten*). Identificados os pormenores deste caráter de hipervalorização da escolha, torna-se necessário analisar o fundo organizador que tacitamente sustenta e justifica tais modos de relação, que aparece na descrição de Taylor como um dos componentes centrais do mal-estar contemporâneo: o primado da razão instrumental.

A RAZÃO INSTRUMENTAL SOB A PERSPECTIVA DO CONTATO

Postular um sujeito que se interessa antes pelo fato mesmo da escolha de si mesmo do que pelo sentir efetivo do contato onde se dá a experiência significativa desse seu ser si-mesmo é, portanto, apontar para uma organização que abstrai o âmbito mais originário e original do contato: o campo que a fenomenologia costuma tratar como pré-reflexivo. Trata-se do âmbito que, no capítulo sobre verbalização e poesia de “Gestalt-Terapia”, aparece associado por Perls et al. (1951/1997) a uma experiência pré-verbal de mundo. É ela que funda os horizontes de significado preexistentes, passagem que é perda de vista no escorregar para o individualismo descrito por Taylor, na dissociação entre as configurações verbais e esse nível da experiência originária. Em consonância com a descrição do filósofo, nas situações de bloqueio observam-se abstrações eminentemente verbalizantes que atuam oferecendo referenciais distorcidos, ou seja, fora de continuidade em relação a essa experiência concreta e primeira. O exemplo de que parte o trecho seguinte nos é elucidativo dessa confluência:

As pessoas comumente percebem seus conflitos emocionais com relação a exigências éticas e responsabilidades: vêm confrontados dentro de si próprias desejos “pessoais” e seus papéis sociais. Considera-se que o conflito, com sua inibição subsequente ou culpa, seja entre o “indivíduo” e a “sociedade”. (...). Contudo, como já salientamos, a diferenciação do indivíduo no campo organismo/ambiente já é um aperfeiçoamento tardio. As relações sociais, como a dependência, a comunicação, a imitação, o amor-objetal, são originais em qualquer campo humano, muito anteriores ao fato de reconhecermo-nos como pessoas idiossincráticas ou de identificarmos os outros como constituindo a sociedade. A personalidade é uma estrutura criada a partir de semelhantes relacionamentos interpessoais primitivos; e em sua formação geralmente já houve a incorporação de uma quantidade enorme de material alheio, inassimilado ou mesmo inassimilável (e isto, naturalmente, torna os conflitos posteriores entre o indivíduo e a sociedade muito mais insolúveis) (Perls et al., 1951/1997 p. 128-129)

No contexto contemporâneo, podemos compreender que tais distorções, características da atitude natural, se encontram agudizadas pelos efeitos do que Taylor (1991/2011) chama de desarticulação. O caráter inassimilável de tais introjeções se demarca na medida em que a exigência distorcida de autenticidade proporciona uma avaliação de que tais tensões sequer podem ser legitimadas enquanto significativas, uma vez que nada têm a ver com a deliberação volitiva de um sujeito autêntico cujo interesse é compreendido como puro desprendimento. Desta configuração paradoxal emerge em parte o afeto do tédio típico do mal-estar contemporâneo, que é menos uma angústia vivida do que a experiência radical da falta de um fundo significativo (articulador) que dê contornos a essa possibilidade. A sutileza desta torção do sentido ético é justamente a de que ele não se oferece enquanto valor explícito, mas sim recolhido em seu efeito na individualidade de cada um ao mesmo tempo em que é compartilhado como princípio de respeitabilidade e condição para os processos de autorrealização. A desarticulação prega a si mesma e retira a possibilidade de renegociação a respeito de si enquanto tema. O desafio característico do indivíduo contemporâneo é, ao menos em parte, o de desenvolver formas de religar de forma integrativa sua abertura perceptiva e expressiva a essa experiência não-verbal originária, em detrimento das construções verbais bloqueadoras da individuação, compreendida enquanto autorrealização concreta possível.

O que ela oferece em seu lugar e de forma tácita, ou seja, a estrutura da neurose individualista, são modos de se pensar e de se falar sobre esse horizonte preexistente de sentidos

que, sob o enfoque do ideal moral contraditório da autoescolha, postulam um contato que se dá através de uma distorção instrumentalizadora da experiência. Taylor (1991/2011) relaciona o entendimento excessivamente autocentrado da autenticidade e da autorrealização do *self* ao que chama de um atomismo social, a perda do sentido e dos campos de ação comunitários, em favor da ação privada. Por sua vez, essa atomização do comunitário em ilhas de experiência individuais remonta ao próprio processo profundo de racionalização e desencantamento de mundo, que revela um horizonte de primazia de um modo instrumentalizado de relação:

Por “razão instrumental” quero dizer o tipo de racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso. (...). Uma vez que as criaturas que nos cercam perdem o significado que lhes foi atribuído de acordo com seu lugar na cadeia dos seres, elas podem ser tratadas como matéria-prima ou instrumentos para nossos projetos (Taylor, 1991/2011 p. 14)

Acompanhando a leitura de Taylor (1991/2011) temos que tal transformação, para além do prestígio indiscriminado que envolve a tecnologia, o qual reflete uma verdadeira fetichização da técnica bem simbolizada pela tendência à busca de soluções tecnológicas para todo e qualquer problema, transpassa ainda, portanto, o âmbito íntimo das relações interpessoais e, em última instância, das relações consigo mesmo. Mediante a necessidade de deslegitimação de quaisquer demandas que sejam (já distorcidamente) percebidas como externas às do *self*, a forma como o indivíduo contemporâneo racionaliza o fato de que quaisquer necessidades suas obrigatoriamente envolverão um meio que se organiza e que impõe sentidos para além de sua deliberação é abordando-o sob as lentes da razão instrumental. É ela que oferece não apenas uma ilusão de controle, concedendo a tais demandas o caráter de coisas manipuláveis, ou seja, retraídas até o alcance deliberativo das mãos, como também e ao fazê-lo reafirma o suposto poder da escolha autorreferente como único modo autêntico de abertura ao outro e ao mundo. Porém esta aproximação, a própria experiência concreta nos mostra, nunca pode ser completa, e neste sentido este resto de distância ínfima e infinita que idealmente tenta-se transpor permanece presente literalmente como bloqueadora do contato.

O poder normatizador da lida técnica acaba emprestando o caráter organizativo requisitado por esse modo de ser da autorrealização como autoescolha. O próprio corpo tomado como objeto da fisiologia, o outro com quem se relaciona como meios para um fim interno, a natureza como conjunto de recursos a ser explorado, a história e a própria tradição como

discursos desligados do contato, enfim, todas as articulações e relações sociais passam a ser compreendidos sob uma perspectiva restritivamente instrumental. Em última instância, apenas meios para o fim abstrato da autorrealização. Isso reverbera uma impessoalidade crescente através das relações interpessoais, que se encontram agora duplamente desautorizadas de serem fins nelas mesmas: não só elas interessam apenas na medida em que se relacionam com as demandas do *self* autorrealizador, como o próprio horizonte valorativo tácito da ética da autenticidade individualista garante que a lida instrumental com o outro é necessária e, no limite, a única possível, sob uma perspectiva inclusive estratégica, uma vez que cada um tem a certeza de que cada um preocupa-se apenas consigo mesmo. Com isso, inclusive, fecha-se o circuito de retroalimentação da noção do processo identitário como definido pelo contraste em oposição radical ao social.

O primado do modo instrumental como organizador dos modos de ser da contemporaneidade nos ajuda a compreender a maneira como a hipervalorização da escolha distorce e bloqueia a experiência da própria escolha autêntica, parte do processo concreto, integrativo, de individuação. Ao restringir o caráter significativo a um meio de conduta, a uma forma de lida independente de conteúdo, este meio vai sendo gradativamente reproduzido e idealizado de forma referente não ao sujeito que dele se utiliza, mas ao próprio meio em si. Ao invés de dominar a técnica, o sujeito se vê por ela dominado. O indivíduo que se relaciona de uma forma exclusivamente instrumental é o primeiro a ser, sem que perceba, instrumentalizado⁵.

No que tange aos processos de autorrealização, trata-se da distinção que Taylor (1991/2011, p. 85) realiza a respeito de duas facetas diferentes do movimento de autorreferencialidade. É possível pensar-se na autorreferência em termos tanto de modo quanto de conteúdo. Como vimos, a partir do colapso de horizontes morais restritivos torna-se possível uma valorização do modo autorreferente – os movimentos de crescimento e desenvolvimento devem sempre se articular em relação a um *self*, o que por si só é inegável e condição de necessidade para se pensar um desenvolvimento autêntico. Porém, da ênfase individualista incorre justamente uma segunda valorização a nível de conteúdo, que tenta forçosamente situar ao nível do particular e do subjetivo toda e qualquer possibilidade valorativa, estabelecendo assim um contraste com o social e com o meio “externo”, que passam a ser vistos como obstáculos a serem instrumentalizados a fim de se obter a realização pessoal (que a eles nada deve exceto a mera contingência). Tal cenário se apresenta como uma agudização do que Perls et al.

⁵ Aqui podemos apontar ainda um paralelo com as análises de Perls et al. (1951/1997) a respeito do desvio da agressividade bloqueada, que encontra no próprio *self* um alvo sempre disponível para dar continência ao impulso agressivo frustrado. Ou seja, para investigações futuras, convém pensar a fundo essa hiperinstrumentalização como forma distorcida da agressividade boa e assimiladora do contato.

(1951/1997) já apontam diretamente, no contexto de sua antropologia da neurose, como possibilidade de perda do contato:

Uma vez que as coisas e outras pessoas tenham se tornado objetos delineados e abstraídos, podem ter relações habituais úteis, deliberadas e fixadas com o *self*. Desenvolvem-se ferramentas permanentes, junto com objetos *ad hoc* que eram extensões espontâneas dos membros; e a linguagem denotativa se desenvolve junto com clamores instintivos e situacionais. Os objetos são controlados, aplicam-se instrumentos a eles, e os instrumentos também são objetos e podem ser melhorados, e seu uso pode ser aprendido e ensinado. A linguagem também é aprendida. A imitação espontânea é intensificada deliberadamente, e o laço social se estreita. Mas, naturalmente, o laço social preexistiu; havia comunicação e a manipulação do ambiente físico e social. Não é o uso de instrumentos e da linguagem que põe em contato as pessoas ou os trabalhadores e os objetos; eles já estavam em contato organizado e percebido – os instrumentos e a linguagem são diferenciações convenientes do contato que existe. O perigo que se corre é este: se a unidade percebida original se debilitar, essas abstrações de ordem mais elevada – objeto, pessoa, instrumentos, palavra – começarão a ser consideradas como a base original de contato, como se fosse preciso uma atividade mental deliberada de ordem mais elevada para entrar em contato. (...). A diferenciação que existia “junto com” a organização subjacente agora existe *em lugar* desta. Então o contato diminui, a fala perde o sentimento e o comportamento perde a graça (Perls et al., 1951/1997 p. 121, grifo original dos autores).

Não é difícil notar a confluência da leitura tayloriana acerca da primazia da razão instrumental com a descrição deste estreitamento do contato que se dá no afastamento de uma ordenação verbal idealizadora (a autorreferencialidade de conteúdo) em relação ao campo valorativo preexistente do contato originário (que implica necessariamente em uma autorreferencialidade apenas de modo, que arrasta consigo um meio significativo sem o qual não pode haver crescimento ou desenvolvimento pessoal algum). O desafio da contemporaneidade é justamente o de lidar com uma agudização retroalimentativa de tais processos, sob a forma de uma ética do autocuidado que promove entendimentos excessivamente autocentrados do desenvolvimento pessoal e da individuação os quais, frequentemente confirmados no contexto de um primado da razão instrumental, permanecem inarticulados no ponto exato em que

bloqueiam e restringem o contato, tornando sua experiência tediosa e revestindo o meio e as próprias escolhas com um caráter sempre banal, quando comparado a um ideal puramente autorreferente de ser autêntico.

Reabilitar uma ética da autenticidade possível, submetendo ao exame descritivo cuidadoso os pressupostos que perpassam os entendimentos distorcidos do tema, define-se assim como um esforço necessário para se passar da distorção individualista à individuação autêntica propriamente dita. Atentar para o distanciamento instrumentalizante da experiência mostra tanto um sentido privilegiado que a promoção de *awareness* deve buscar, quanto aponta para a reafirmação da premissa teórica básica da abordagem gestáltica de situar toda e qualquer técnica em relação ao nível sempre originário do contato, do qual pode emergir toda espontaneidade autêntica para além das tensões e distorções discursivas, e que, com isso, rege privilegiadamente os processos efetivos de individuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com o que apresentam em vários momentos Perls et al. (1951/1997) a respeito da relação entre o pessoal e o institucional, Taylor (1991/2011) acaba se aproximando da ideia de que um entendimento reabilitador do conceito de autenticidade, para além da distorção individualista, depende necessariamente de uma obtenção de clareza a respeito da fronteira de contato entre tais polos da experiência, reconhecendo o que efetivamente cabe à cada situação concreta. Apontando para os paradoxos internos que se encontram por detrás dos mal-estares tácitos da contemporaneidade, o autor demonstra que o individualismo não é o resultado direto e inevitável de uma ética da autenticidade proveniente de um horizonte valorativo flexível – o que seria, no limite, supor um preocupante *trade-off* entre liberdade e significado vivido. Ao invés disso, trata-se de reconhecer essas tensões internas às próprias compreensões correntes sobre autenticidade e *self*, de forma a distingui-las e isolá-las daquilo que legitimamente pode ser tomado como orientador de práticas organizadoras e integrativas da experiência:

O agente que procura significado na vida, tentando se definir de maneira significativa, deve existir num horizonte de questões importantes. Isso é autodestruição nos modos da cultura contemporânea que se concentram na autorrealização *em oposição* às demandas da sociedade, ou da natureza, que *bloqueia* a história e os laços de solidariedade. Essas formas autocentradas “narcisistas” são de fato superficiais e banalizadas, são “niveladas e restritas”, como Bloom diz. Mas isso não é porque

pertencem à cultura da autenticidade. Antes, porque vão de encontro as suas requisições. Bloquear demandas emanadas além do *self* é precisamente suprimir a condição de significado e, portanto, incorrer em banalização. Na medida em que as pessoas estão procurando um ideal moral aqui, esse autoencarceramento é autoestultificante⁶; destrói a condição na qual o ideal pode ser realizado (Taylor, 1991/2011 p. 49, grifos originais do autor)

A fixidez e o tédio advindos desta distorção individualista se devem justamente ao movimento estrutural e sistemático de recusa de tais demandas que são, já distorcidamente, vistas como “emanadas além do *self*”. Esta perspectiva externalista perde de vista justamente o caráter organísmico central de eminente abertura, o qual a perspectiva gestáltica descreve nos termos da fronteira de contato. Taylor pretende mostrar, no contexto filosófico-ético, que certos valores orientadores da experiência se dão nela mesma de forma fenomênica inegável, e devem ser resgatados enquanto tais para que se possa enfim obter uma melhor articulação a respeito do que implicam e de que forma oferecem possibilidades de estruturação de modos de vida. Sob a perspectiva terapêutica gestáltica, tal movimento se desdobra assim em uma necessidade de rearticulação entre os conflitos internos (que sempre se referem a demandas dadas no contato, ou seja, que remetem para além da esfera abstraída do particular) e a experiência atual efetiva.

Ou seja, conforme colocam Perls et al. (1951/1997) a respeito da relação entre conflito e autoconquista, a intensificação da *awareness* deve ser pensada como forma integrativa que venha a suplantiar a alternativa de uma proposta corrente de autocuidado sempre disponível, embora raramente expressa de forma explícita, a qual distorce a experiência efetiva de mundo com a supervalorização de processos instrumentalizados de escolha tomando lugar da percepção e do sentir alinhados aos horizontes de sentido concretos, que todavia permanecem sempre disponíveis e abertos a uma nova percepção mais integrada. A tendência dos modos de ser do autocentramento mascara essas tensões e tenta negar, através do próprio controle instrumental, aquilo que o conflito interno ou o sofrimento sinalizam, que é justamente o interesse autorregulativo original e autêntico do *self*, cuja possibilidade de crescimento pela assimilação se vê constantemente bloqueada pela repetida tentativa neurótica de uma autoafirmação que nega justamente aquilo que o tornaria possível, sob o signo mesmo de um agir supostamente livre e autêntico.

⁶ No original inglês, “self-stultifying”, sendo que “stultifying” possui um sentido ligado não apenas ao embrutecimento ou à tolice como costuma ser usado o termo “estultificar”, mas antes e também a uma falta de entusiasmo e iniciativa, tédio.

Detalhar bem esses elementos prova-se relevante na medida em que, como vimos, é essencial que toda técnica, enquanto perspectiva instrumentalizante, esteja a serviço da intensificação da *awareness* – e não o contrário. Nenhum entendimento de autorrealização que tente negar os horizontes preexistentes de sentidos dados nessa própria atividade de constante regulação e desenvolvimento será capaz de proporcionar um bom ajustamento, na medida em que o indivíduo se encontra preso em um ciclo de autorreferência que antes o possui do que é possuído por ele. Trata-se de buscar uma boa instrumentalização, a qual não tente negar, através de um controle abstrato, suas raízes na experiência pré-reflexiva originária. Uma ética concreta da autenticidade deve assim remontar à experiência autorregulativa primeira e espontânea, instrumentalizando o indivíduo no sentido de uma assimilação do que lhe é necessário e de seu efetivo ajustamento criativo.

REFERÊNCIAS

- Bloom, A. (1987) *The Closing of the American Mind*. New York: Touchstone.
- Furlan, R. (2017) O significado da crise da sociedade contemporânea. *Aoristo, International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics*, v. 1, p. 159-187
- Henry, M. (2012) *A Barbárie*. (L. P. Rouanet trad.). São Paulo : Realizações Editora. (Obra original publicada em 1987)
- Lipovetsky, G. (2005) *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri:Manole. (Obra original publicada em 1983)
- Mendes, J. P. S.; Silva, R. B. (2014) O zeitgeist contemporâneo e o individualismo: uma compreensão existencial. *Polêmica*, v. 13, p. 1505-1512
- Perls, F.S.; Hefferline, R.; Goodman, P. (1997). *Gestalt-terapia*. (F. R. Ribeiro trad.). São Paulo: Summus. (Obra original publicada em 1951)
- Perls, F. (2010). *A Abordagem Gestáltica e Testemunha Ocular da Terapia*. (J. Sanz trad.). Rio de Janeiro: LTC. (Original Publicado em 1973)
- Pierucci, A. F. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Editora 34
- Taylor, C. (2013). *As fontes do Self*. (A. U. Sobral, D. A. Azevedo trad.) São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 1989)
- Taylor, C. (2011) *A Ética da Autenticidade* (T. Carvalho trad.). São Paulo: É Realizações. (Obra original publicada em 1991)

Vieira, E. D.; Stengel, M. (2012). Individualismo, liberdade e insegurança na Pós-modernidade. *Ecos*, v. 2, n. 2, p. 345-357

Nota sobre o autor:

Gilberto Hoffmann Marcon é Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia. Ribeirão Preto – SP. E-mail: ghmarcon@gmail.com.

Recebido: 20/04/2018.

Aprovado: 04/07/2018.